



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo Nº
54972-37.2017.8.06.0112/0

Data - Hora
31/8/2017 - 10:53



Dados Gerais do Processo

Número Único	<u>54972-37.2017.8.06.0112/0</u>		
Tipo de Ação	PROCEDIMENTO SUMÁRIO - CÍVEL		
Hierarquia Ação	\PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Sumário		
Classe	AÇÕES CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR		
Autuação	31/08/2017 10:40	Volumes	1
Just.Gratuita	NÃO	Segredo de Justiça	NÃO
Órgão Julgador	2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE		

Assunto(s)

SEGURO

Hierarquia: \DIREITO DO CONSUMIDOR\Contratos de Consumo\Seguro

Partes

Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT

Requerente : ROMULO RODRIGUES LIRA

Rep. Jurídico : 34540 - CE EDSON ALMINO FELIX FILHO

Rep. Jurídico : 34322 - CE ARTHUR GOMES PONTES

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ a
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.

FLS. 02
SECRETARIA DA
2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE-CE

**AÇÃO DE COBRANÇA DE
INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT**

VALOR DA CAUSA: R\$ 13.500,00



ROMULO RODRIGUES LIRA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do RG nº: 20073619110 SSP/CE e do CPF nº: 055.377.553-78, residente e domiciliado na Rua dom Pedro II, nº 1896, Bairro Pirajá, na cidade de Juazeiro do Norte/CE, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio dos seus advogados infra-assinados (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº.74, 5º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP - 20031 - 205, pelo que declara e passa a expor:

1 - PRELIMINARMENTE

1.1 - NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas aos **Drs. Arthur Gomes Pontes, OAB/CE 34.322 e Edson Almino Felix Filho, OAB/CE 34.540**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC).

1.2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:

A Gratuidade da Justiça é concedida para aqueles que não possuem recursos suficientes para custear as despesas processuais sem que reste prejudicado o seu próprio sustento ou de sua família. Nesse sentido, vejamos o que dispõe o novo Código de Processo Civil:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

Nesse diapasão, a parte Requerente faz jus a concessão dos benefícios da Gratuidade da Justiça, pois a escarces de seus recursos o impossibilita suportar às custas judiciais sem pôr em risco sua subsistência e de sua família.

2 - DA SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA:

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 15 de janeiro de 2017 (conforme B.O anexo), tendo lesões graves como resultado do incidente mencionado. Vejamos:

1. Fratura do metatarso do 3º pododactilo;

As lesões provenientes do acidente resultaram em sequelas definitivas que impedem o desempenho normal de

suas atividades quotidianas, amargando, o Autor, dissabor pelo resto de sua vida.

Nesse sentido, o laudo médico aponta que o acidente gerou fratura do metatarso do 3º pododactilo.

Ademais, para além dos ferimentos e suas respectivas gravidades, o Autor foi submetido tratamento médico, bem como tratamentomedicamentoso, isso sem olvidar o longo período de recuperação do Requerente, o que, em razão das dores, dificultou a volta do deste a suas atividades corriqueiras.

Conforme atestado médico, a lesão apresentada tem caráter de invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura.

Contudo, apesar da lesão em decorrência de acidente envolvendo veículo automotor, o Requerente não teve outorgado nenhuma quantia à título extrajudicial.

Em razão do valor que é devido, conforme art. 3º da Lei 6194/74, nota-se, de forma clara como a luz do sol, a necessidade de pagamento de indenização securitária, não só como uma medida de justiça, mas de proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pelo Autor.

Sendo a parte Requerente a vítima de acidente de veículo automotor, atrai, consequentemente, a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, II e §1º que dispõem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida

terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

Portanto, a parte Autora possui direito à receber indenização em razão do evento danoso, totalizando um valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o qual será apurado mais detidamente com a perícia judicial.

Vale a pena ressaltar que a existência do acidente, independentemente da culpa (art. 5º da Lei 6194/74), e comprovação do nexo de causalidade entre o fato e o dano sofrido pelo Autor são circunstâncias suficiente para a viabilidade do direito à indenização securitária pleiteada, se manifestando assim a jurisprudência pátria. Cito:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod.
96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz:
PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96
DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N.
8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A
Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da
Constituição da República nem contraria a
essência do contrato de seguro, previsto no
art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o
seguro não se acha realizado ou vencido, pois a
constituição obrigatória do consórcio de
seguradoras foi criado justamente para cobrir a
indenização por pessoas acidentadas,
independente do pagamento do prêmio.
Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização
por morte em acidente de trânsito e devida,
mediante simples prova do acidente, ainda que
não recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora
acionada reaver do consórcio o que tiver
satisfeito em face da aplicação do art. 7º da
Lei n. 8441/92. (Grifo nosso).

Cumprе esclarecer, por derradeiro, que NÃO É necessário ao Autor/Vítima manter contrato com seguradora privada, arcando com os custos previsto na tabela disposta no art. 3º da Lei 6194/74 a Seguradora Ré.

Assim sendo, buscando o pagamento integral do quanto devido pela Requerida, ingressa com a presente ação

Assim sendo, é notório que os direitos aqui expostos são totalmente disponíveis para ambas as Partes, uma vez que trata-se de cobrança pecuniária de diferença quanto ao recebimento do seguro DPVAT.

Entretanto, a Parte Autora ajuíza a presente ação pois não concorda com os termos discutidos de forma extrajudicial (proposta de acordo pela Seguradora), **se mostrando completamente dispendioso para a rápida solução do litígio, uma vez que a autocomposição se mostra inviável no caso concreto.**

5 - DOS PEDIDOS:

Destarte, ante o exposto, REQUER:

a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, caput e §1º, I e 105, caput, ambos do CPC);

b) A NÃO REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.

c) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial (arts. 464 e 465 do CPC);

d) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;

pleiteando a diferença securitária com base na Lei nº. 6.194/74.

**3 - A PERÍCIA TÉCNICA COMO UMA NECESSIDADE À
SOLUÇÃO DA PRESENTE LIDE:**

É importante ter em mente que com a entrada, no dia 18 de Março de 2016, do Código de Processo Civil, houve a exclusão completa do rito sumário (arts. 274 e ss do CPC/73), não havendo mais o procedimento usual das demandas de Indenização/Cobrança de Seguro DPVAT.

Inobstante a extinção do procedimento sumário, se faz indispensável a solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT a perícia judicial, haja vista a necessidade do laudo do expert para que seja possível delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.

Portanto, requer, e reafirmará tal intuito abaixo, a não realização da audiência de conciliação e a designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação, tudo conforme expressão disposição dos arts. 464, caput e 465, caput, ambos do CPC.

4 - DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:

A audiência de conciliação prévia, como busca da autocomposição dos litígios que envolvam direitos disponíveis, é um traço marcante no atual Código de Processo Civil.

Como preconiza a Lei Adjetiva, especificamente na parte que dispõe sobre as normas fundamentais, a conciliação e a mediação deverão ser estimulados por todos aqueles que atuem de forma proativa no Poder Judiciário (e até extrajudicialmente), senão vejamos:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
[...]

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juizes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

e) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, caput e §2º do CPC);

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

Dá-se a esta causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos,
Pede Deferimento.
Barbalha-CE, 30 de agosto de 2017.

Arthur Gomes Pontes
OAB/CE 34.322

Edson Almino Felix Filho
OAB/CE 34.540

Gessica Feitosa Moraes Andrade
OAB/CE 34.539

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: Rômulo Rodrigues Lima, brasileiro, solteiro, autônomo, RG nº 20073619110, SSP/CE, CPF nº 055.377.553-78, residente na Rua Padre II, nº 1896, J. Pirajá, Juazeiro do Norte-CE.

OUTORGADOS: Dr. ARTHUR GOMES PONTES, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB/CE sob o nº 34.322 e Dr. EDSON ALMINO FELIX FILHO, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB/CE sob o nº 34.540, e Dra. GESSICA FEITOSA MORAES ANDRADE, brasileira, solteira, advogada, Advogada inscrita na OAB/CE sob o nº 34.539, com endereço à Rua Princesa Isabel, Centro, nº 272, Barbalha-CE, onde recebem intimações e notificações.

PODERES: O (A) outorgante concede os mais amplos, gerais, especiais e ilimitados poderes, para representá-lo(a) junto ao foro em geral, conforme o artigo 105 do CPC, bem como os poderes da cláusula "ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(os/as) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais, acompanhando-o(a) e promovendo quaisquer medidas preliminares, previstas ou assecuratórias dos seus direitos e interesses; conferindo-lhe, também, poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação e/ou procedimento, dar e receber quitação, bem como de levantar valores depositados em instituições financeiras decorrentes de pleitos administrativos e/ou judiciais (como por exemplo alvarás judiciais), firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, propor execução, requerer insolvência, rescisória, embargos, agravos, agindo em conjunto ou separadamente, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência de recursos econômico, podendo, ainda, representar junto às instituições financeiras e repartições públicas federais, estaduais e municipais; empresas públicas, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito público/privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer (em conjunto ou isoladamente), com ou sem reserva de poderes, o presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, enfim, poderá o(s) procurador(es), praticar(em), alegar(em), promover(em) e assinar(em) todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

DECLARA, ainda, que possui recursos insuficientes para arcar com as despesas e custas processuais, conforme expressa disposição dos art. 98, *caput* e I c/c art. 99, *caput* e §3º, ambos do CPC.

Barbalha/CE, 10 de Março de 2017.

Rômulo Rodrigues Lima
OUTORGANTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFEGO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: ROMULO RODRIGUES LIRA

DOB/IDENTIDADE / OUT. EMISSÃO UF: 20073619110 SSP/CE CE

CPF: 055.377.553-78 DATA NASCIMENTO: 27/07/1994

RUÇÃO: ROBERIO RODRIGUES LIRA
MARIA LUCIA RODRIGUES LIRA

TERMINO: [] ADC: [] CATEG: AB

Nº RENOV: 05742672515 VALIDADE: 26/06/2018 1ª HABILITAÇÃO: 22/03/2013

Observações:
SEM OBSERVAÇÃO;

Assinatura do Portador: Romulo Rodrigues Lira

Assinatura do Emissor: []

LOCAL: FORTALEZA, CE DATA EMISSÃO: 28/04/2014

97105480464
CE141641894

DETRAN-CE (CEARA)

VÁLIDA EM TODOS O TERRITÓRIO NACIONAL 950869343

PROIBIDO PLASTIFICAR 950869343





BOLETIM DE Ocorrência Nº 488 - 2806 / 2017

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **10/03/2017 10:02:38**
Data / Hora da Ocorrência: **15/01/2017 16:00:00**
Endereço da Ocorrência: **AVENIDA CASTELO BRANCO**
Complemento:
Bairro: **PIRAJÁ** Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**
Ponto de Referência: **PROX. AO MERCADO**

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **RÔMULO RODRIGUES LIRA**
Nascimento: **27/07/1994** CPF: **055.377.553-78**
RG: **20073619110** Orgão Emissor: **SSP/CE** UF:
Filiação: **MARIA LÚCIA RODRIGUES LIRA**
ROBÉRIO RODRIGUES LIRA
Endereço: **RUA RUA DOM PEDRO II, 1896**
Bairro: **PIRAJÁ** CEP: **63.020-030**
Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**
País: **BRASIL** Telefone: **(88) 99618-0482**

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **OSD1920** Uf: **CE** Município: **JUAZEIRO DO NORTE** Chassi:
9C2JC4110ER409615 Renavam: **1016393862** Tipo do Veículo:
MOTOCICLETA Marca / Modelo: **HONDA/CG 125 FAN KS** Ano
Fabricação: **2014** Ano Modelo: **2014** Combustível: **GASOLINA** Cor:
VERMELHA Proprietário: **ROMULO RODRIGUES LIRA** Situação: **NÃO**
INFORMADO Envolvimento: **ENVOLVIDO**

Histórico

Afirma O NOTICIANTE, advertido das penas cominadas ao falso testemunho, denúncia caluniosa e comunicação falsa de crime ou contravenção que NA HORA, DIA E LOCAL ACIMA INFORMADOS ESTAVA TRAFEGANDO NA MOTOCICLETA SUPRA DESCRITA SOZINHO SEM NENHUM PASSAGEIRO, TRAFEGANDO NORMALMENTE NA VIA OCASIÃO EM QUE TENTOU REALIZAR UMA CURVA E EM VIRTUDE DO PNEU DA MOTO ESTAR CARECA ACABOU DERRAPANDO NA PISTA; QUE O DECLARANTE/CONDUTOR EM VIRTUDE DO OCORRIDO ACABOU PERDENDO O EQUILÍBRIO E CAINDO AO SOLO; QUE NÃO HOUVE OUTRO VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE; QUE A VÍTIMA/NOTICIANTE NO MOMENTO DO ACIDENTE FOI SOCORRIDO POR UM AMIGO DE NOME EDUARDO (QUE ACOMPANHAVA O DECLARANTE EM OUTRA MOTO) E ESTE AMIGO O LEVOU ATÉ A UPA 24h PARA RECEBER ATENDIMENTO MÉDICO EM JUAZEIRO DO NORTE/CE SENDO POSTERIORMENTE TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI PARA REALIZAR UM RAIOS X; QUE DO ACIDENTE A VÍTIMA SOFREU FRATURA DO METATARSO DO 3º PODODACTILO CONFORME PRONTUÁRIOS Nº 1353 E PRONTUÁRIO Nº 128860 DO HOSPITAL REGIONAL DO CARIRI E ATESTADO EXPEDIDO PELO MÉDICO HEDILBERTO PEREIRA FILGUEIRAS MACEDO CRM Nº 10466 NA DATA 16/01/2017; QUE O CONDUTOR É PORTADOR DE CNH 950869343; QUE APRESENTOU CÓPIAS DOS SEGUINTE DOCUMENTOS, OS QUAIS SÃO ANEXADOS AO BO: CNH DO CONDUTOR, PRONTUÁRIOS DE

X Rômulo Rodrigues Lira



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 - 2806 / 2017

ATENDIMENTO, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA E DOCUMENTO DO VEÍCULO; QUE FOI DEVIDAMENTE CIENTIFICADO QUE A RESPONSABILIDADE DE TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESTE REGISTRO SÃO DO DECLARANTE. E nada mais disse, nem lhe foi perguntado, dando por encerrada a presente ocorrência, que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :

ANDERSON MARTINS DE LACERDA - MAT.: 300625-1-5

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

X Romulo Rodrigues Lino

VISTO DO DELEGADO(A) :

MARCOS ANTONIO DOS SANTOS - MAT.: 133850-1-7



FICHA DE ATENDIMENTO

IDENTIFICAÇÃO PACIENTE/CADASTRO

Nome: ROMULO RODRIGUES LIRA

Admissão: 15/01/2017 18:31

Pront.: 128860 Data Nasc.: 27/07/1994 Idade: 22 ano(s) 6 mes(es) e 10 dia(s) Tel.: 88 96180482

Mãe: MARIA LUCIA RODRIGUES LIRA

Sexo: Masculino RG: 20073619110

Município: JUAZEIRO DO NORTE

CEP Bairro: PIRAJA

Endereço: RUA DOM PEDRO II 1896

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Risco: VERDE

Classificador WONESKA RODRIGUES PINHEIRO

Horário 15/01/2017 18:38

Queixa: pte refere dor em pé direito pos trauma

Fluxograma: PROBLEMAS EM EXTREMIDADES

Discriminador: DOR LEVE RECENTE

Sala02:

ATENDIMENTO MÉDICO

Médico: RAIMUNDO VALDETARIO BRITO SIEBRA

CRM: 6442

Nº: 358509

Horário 15/01/2017 18:39

Acidente: Sim Agressão: Não Peso: P.A.:

Eixo: OBSERVAÇÃO INTERMEDIÁRIA II

Hipótese Diagnóstico: MOTOCICLISTA [QUALQUER] TRAUMATIZADO EM UM ACIDENTE DE TRANSITO NAO ESPECIFICADO

Comorbidade:

HDA/Exame Físico:

PACIENTE ENCAMINHADO DA UPA COM RELATO DE HAVER SOFRIDO ACIDENTE DE MOTOCICLETA POR VOLTA DAS 16:00 HORAS, PARA REALIZAR RX DO PÉ.

EXAME FÍSICO; EGBOM, AFEBRIL, EUPNEICO, HIDRATADO, NORMOCORADO E VÍGIL. ECG = 15.

OBS. APÓS A MEDICAÇÃO E O RX O PACIENTE DEVERÁ RETORNAR PARA A UPA.

ALTA

Data: 15/01/2017 22:09

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Data	Fluxograma	Discriminador	Risco	Profissional
15/01/2017 18:38:00	PROBLEMAS EM EXTREMIDADES	DOR LEVE RECENTE	VERDE	WONESKA RODRIGUES PINHEIRO

EXAME

Nome	Data Solicitação	Urgente	Situação
RX TORNOZELO D AP/P (0204060087)	15/01/2017 18:45	Sim	Cancelado
RX PE D AP/OBLIQ (0204060150)	15/01/2017 18:45	Sim	Cancelado

Rdo. Valdetário B. Siebra
CIRURGIÃO GERAL
CRM: 6442 Nº: 358509

Ficha de Atendimento Ambulatorial

Data: 15/01/2017
Hora: 22:17

Data de Saída: 15/01/2017
Hora de Saída: 22:17

Paciente

Nome: 1353 ROMULO RODRIGUES LIRA

Responsável: ROMULO RODRIGUES LIRA

Mãe: MARIA LUCIA RODRIGUES LIRA

Nasc: 27/07/1994

Idade: 22

Telefone: (88) 99618-0482 Celular: () -

Endereço: RUA DOM PEDRO SEGUNDO, 1896, PIRAJÁ - JUAZEIRO DO CEP: - Natural: JUAZEIRO DO

Documento

Mat/CNS: 700505585088653

Doc. Identidade: 20073619110 Guia:

Autorização:

Trabalho:

Validade da Carteira:

Ultimo Pagto:

Convênio

Convênio: SUS

Cod. de Credenciamento:

Tipo de Atendimento: 2

Queixas do Paciente

paciente veio ao serviço com queixas de dor e dificuldade de movimento em tornozelo direito. refere trauma em queda de motocicleta na tarde de hoje. porta radiografia em CD, o qual não consegui visualizar neste microcomputador. oriento sobre cuidados e aguardo retorno com a imagem com visualização

Antecedentes Médicos

Exame Físico

acv, ar, abd, fisiológicos. presença de ferimento com curativo e sem sinal de sangramento ou isquemia. nega queixa de dor

Exames Complementares

Conclusão Diagnóstica

CID-10

N008

Tratamento

segue orientações, aguardo retorno

Dr. Hédilberto Macêdo
Cirurgião Geral
CRM 10466

CICERO HEDILBERTO PEREIRA
CRM: 10466 / CE

Diretor Médico



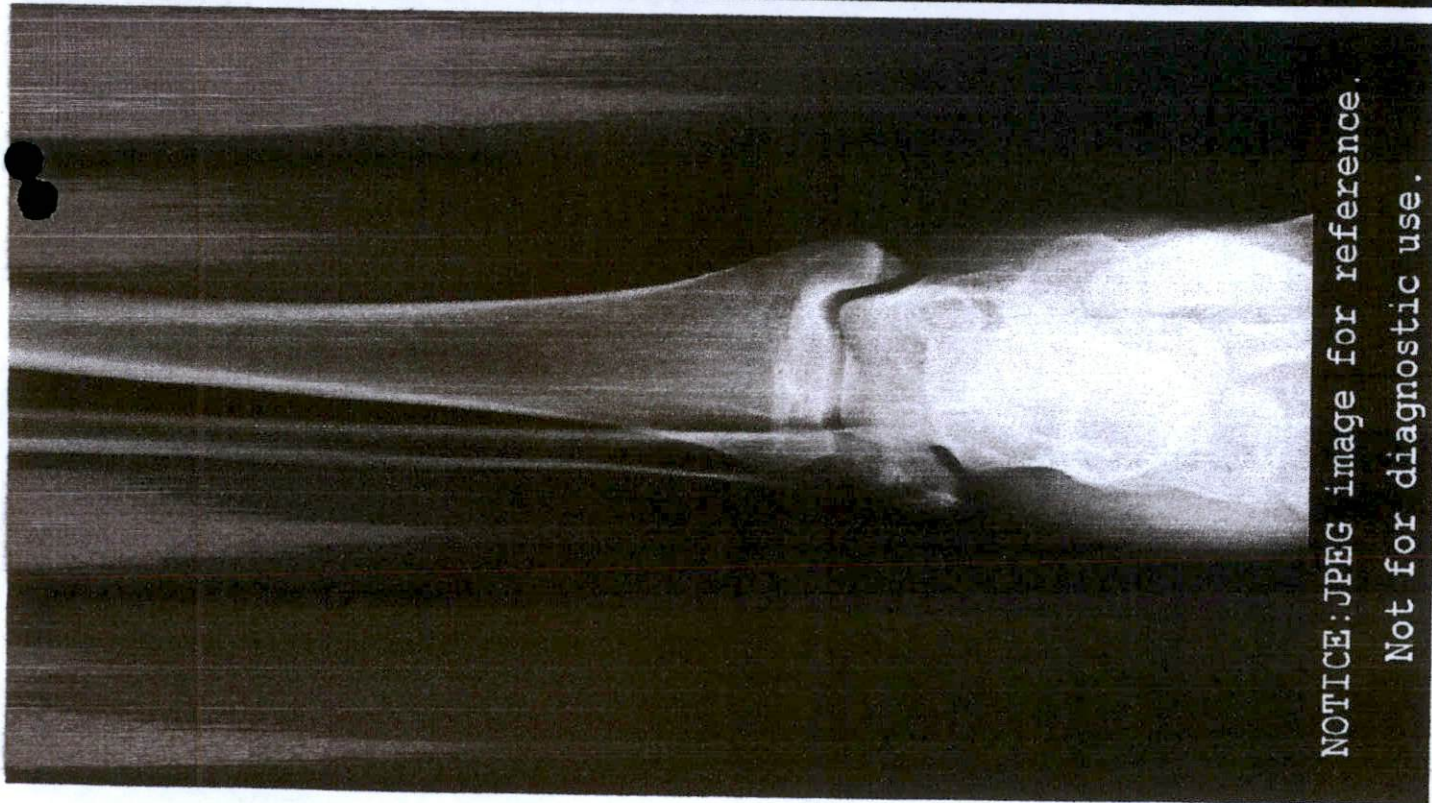
NOTICE:JPEG image for reference.
Not for diagnostic use.



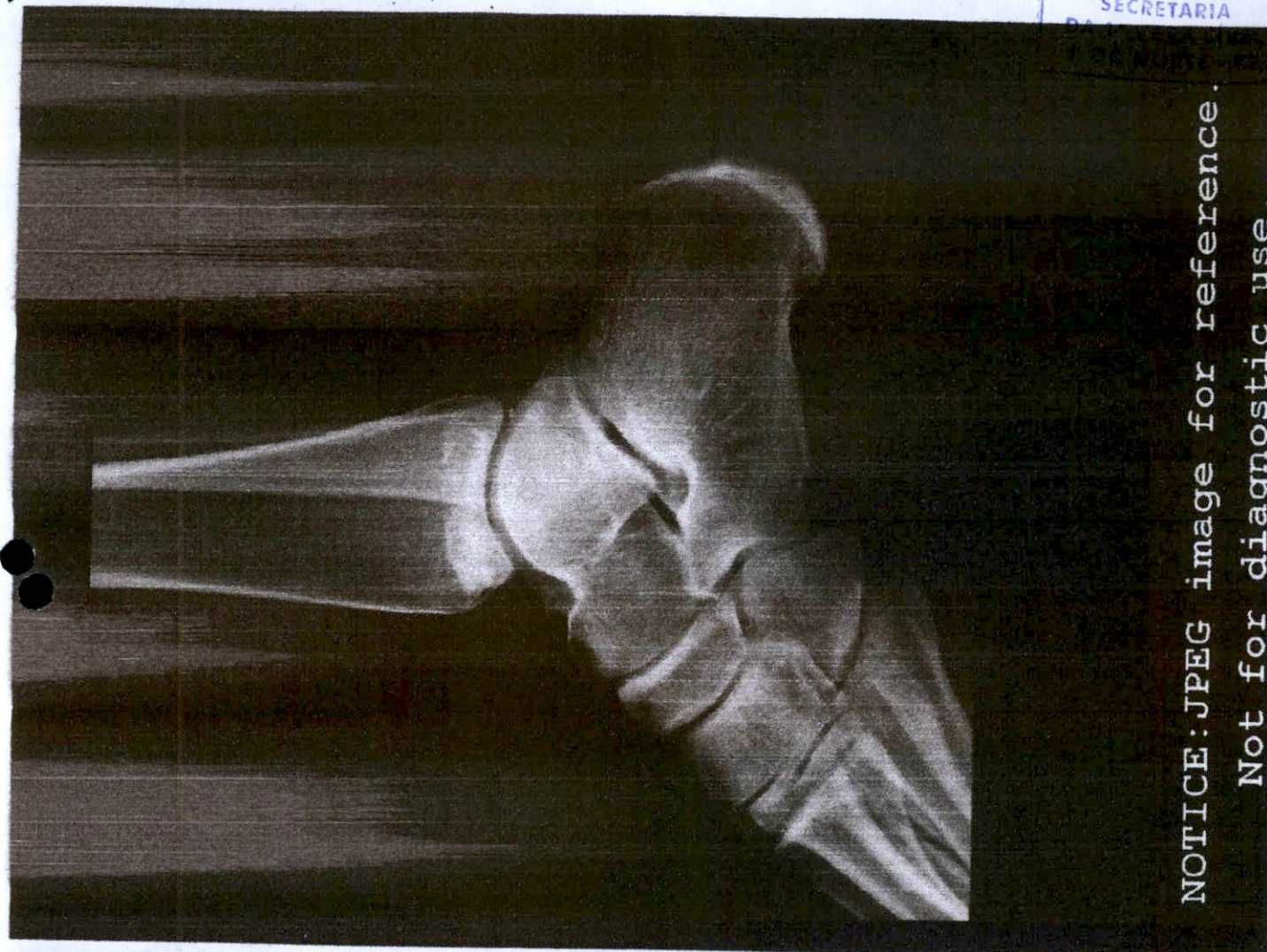
NOTICE:JPEG image for reference.
Not for diagnostic use.

FLS. 15
SECRETARIA DA
2ª VARA CÍVEL
1.00.00000-00
DA 1ª VARA CÍVEL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAROLINA BANHOS ROQUE, liberado nos autos em 07/06/2018 às 11:57. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0054972-37.2017.8.06.0112 e código 37C2701.



NOTICE:JPEG image for reference.
Not for diagnostic use.



NOTICE:JPEG image for reference.
Not for diagnostic use.

FLS. 16
SECRETARIA DA
2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE-CE

FLS. 16

SECRETARIA

fls. 17

UPA24h
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

RECEITUÁRIO

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LIMOEIRO

Eucaiminothomado

Medico

Eucaiminothomado o paciente Paulo
Rodrigues tire para o Ortopedista

(Fratura em metacarpo do 3º
pedodactilo e ha 5 dias)

Dra. Andreza Filgueira Cavalcante
MÉDICA
CREMEC 4824

20/01/17.


JUAZEIRO DO NORTE
CIDADE DE TODOS

Rua Capitão Domingos, s/n, Limoeiro - Juazeiro do Norte/CE | CEP 63030-220

 **IMEGI**
Instituto Médico de Gestão Integrada

Ficha de Atendimento Ambulatorial

Data: 20/01/2017
Hora: 07:32

Data de Saída: 20/01/2017
Hora de Saída: 07:32

Paciente

Nome: 1353 ROMULO RODRIGUES LIRA

Responsável: ROMULO RODRIGUES LIRA

Mãe: MARIA LUCIA RODRIGUES LIRA

Nasc: 27/07/1994

Idade: 22

Telefone: (88) 99618-0482 Celular: ()

Endereço: RUA DOM PEDRO SEGUNDO, 1896, PIRAJÁ - JUAZEIRO DO CEP: - Natural: JUAZEIRO DO

Documento

Mat/CNS: 700505585088653

Doc. Identidade: 20073619110 Guia:

Autorização:

Trabalho:

Validade da Carteira:

Ultimo Pagto:

Convênio

Convênio: SUS

Cod. de Credenciamento:

Tipo de Atendimento: 2

Queixas do Paciente

paciente comparece para mostrar raio x do pé E, devido a queda de moto há 5 dias

Antecedentes Médicos

Exame Físico

raio x : fratura em 3 pododactilo e no metatarso

Exames Complementares

Conclusão Diagnóstica

CID-10

V292

Tratamento

ao ortopedista
ambulatorial

ANDREZZA FILGUEIRA CAVALCANTE
CRM: 14824 /CE

Diretor Médico

SINISTRO 3170177232 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** ROMULO RODRIGUES LIRA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** SEGURADORA LIDER DPVAT -
OPERAÇÃO CORREIOS**BENEFICIÁRIO** ROMULO RODRIGUES LIRA**CPF/CNPJ:** 05537755378**Posição em 06-06-2017 11:13:47**

Pedido de indenização cancelado.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

FLS. 41
SECRETARIA DA
2ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE-CE

Data - Hora
31/8/2017 - 10:45

Termo de Registro e Autuação



Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	54972-37.2017.8.06.0112 / 0 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Volumes	1
Autuação	31/08/2017
Assunto(s)	SEGURO
Natureza	CÍVEL
Just.Gratuita	NÃO
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Conta
Competência	VARAS CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR

Partes
Nome
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT
Requerente : ROMULO RODRIGUES LIRA
Rep. Jurídico : 34540 - CE EDSON ALMINO FELIX FILHO
Rep. Jurídico : 34322 - CE ARTHUR GOMES PONTES

JUAZEIRO DO NORTE (COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE), 31 de Agosto de 2017


Responsável

CONCLUSOS ao MM Dr. Juiz

feito em 11/09/2014

O(A) Diretor(a):



CERTIDÃO

Certifico que o processo nº 54972-37.2017-8.06.01126
 Com tramitação pela 2ª Vara CIVEL, foi
 auditado pelo Núcleo de Digitalização, tendo sido as
 peças do caderno processual conferidas, digitalizadas e
 convertidas, encerrando-se, nesta data, a sua tramitação
 física, cuja última folha possui a
 numeração 21, passando a
 tramitar eletronicamente, no SAJ. O referido é
 verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte-ce, 15 de Maio de 18.
 Servidor/matricula: [Assinatura]

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0054972-37.2017.8.06.0112**
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
Requerente e **Romulo Rodrigues Lira e outro**
Requerido:
:

Defiro a gratuidade da justiça.

Remetam-se os autos ao CEJUSC para audiência de conciliação, devendo a parte ré ser citada com a antecedência mínima de 20 dias da audiência.

Ressalte-se que, havendo desinteresse na autocomposição, a ré deve manifestá-lo por escrito a este Juízo com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data marcada para a audiência.

No mandado citatório e na intimação para a audiência deverá constar que o não comparecimento injustificado de qualquer das partes ao ato importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, sancionado com multa de até 2% sobre o valor da causa ou do proveito econômico, conforme o art. 334, §8º do NCPC.

Intimações e expedientes necessários.

Juazeiro do Norte, 21 de setembro de 2018.

Francisco José Mazza Siqueira
Juiz



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionilia Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0054972-37.2017.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente e **Romulo Rodrigues Lira e outro**
 Requerido:
 :

Conforme disposição expressa na Portaria nº 02/2016, bem como as diretrizes do art. 152, VI do C.P.C, por ATO ORDINATÓRIO, encaminho os autos para o CEJUSC como determinado.

Juazeiro do Norte/CE, 25 de setembro de 2018.

Antonio Barbosa de Sena
Supervisor de Unid. Judiciária

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os **documentos produzidos eletronicamente** e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **<http://esaj.tjce.jus.br>**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0054972-37.2017.8.06.0112**
 Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente e **Romulo Rodrigues Lira e outro**
 Requerido:
 :

CERTIFICO para os devidos fins que, analisei o ato retro encerrando-o. Empós, envie para a fila de Ag. Análise do Gabinete para envio ao CEJUSC. O referido é verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte/CE, 23 de maio de 2019.

ANA MARIA GOMES DE MACEDO

Auxiliar Judiciário

Servidor SEJUD

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

CEJUSC - Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Jardim Gonzaga - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-5353, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeirodonorte.cejusc@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0054972-37.2017.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Romulo Rodrigues Lira**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**

Considerando o disposto no art. 203, §4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios, designo **Audiência de Conciliação** para o dia **10/SETEMBRO/2019, às 15:15h**, a se realizar no **Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte - CEJUSC/JN**, na Sala de Audiências CEJUSC 1, no Fórum Local. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários.

Juazeiro do Norte/CE, 31 de maio de 2019

Luiz Lodonio dos Santos Silva
Técnico Judiciário

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de **atos e transmissão de peças processuais** será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**;
 Art. 11. Os **documentos produzidos eletronicamente** e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **<http://esaj.tjce.jus.br>**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0054972-37.2017.8.06.0112**
 Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente e **Romulo Rodrigues Lira e outro**
 Requerido:
 :

Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partes à Audiência de **Conciliação** na data de **10/09/2019** às **15:15h** na sala da **Sala CEJUSC 1**, no Centro Judiciário CEJUSC, no Fórum Clóvis Beviláqua.

Decisão: "ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0054972-37.2017.8.06.0112
 Classe:Procedimento Sumário Assunto:Seguro Requerente:Romulo Rodrigues Lira
 Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT Considerando o disposto no art. 203, §4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios, designo Audiência de Conciliação para o dia 10/SETEMBRO/2019, às 15:15h, a se realizar no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte - CEJUSC/JN, na Sala de Audiências CEJUSC 1, no Fórum Local. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários. Juazeiro do Norte/CE, 31 de maio de 2019 Luiz Lodonio dos Santos Silva Técnico Judiciário Assinado por Certificação Digital"

Juazeiro do Norte/CE, 03 de julho de 2019.

Sarah Maria da Silva Gonçalves
Técnico Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de **atos e transmissão de peças processuais** será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os **documentos produzidos eletronicamente** e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0177/2019, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Arthur Gomes Pontes (OAB 34322/CE)	D.J
Edson Almino Felix Filho (OAB 34540/CE)	D.J

Teor do ato: "Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partes à Audiência de Conciliação na data de 10/09/2019 às 15:15h na sala da Sala CEJUSC 1, no Centro Judiciário CEJUSC, no Fórum Clóvis Beviláqua. Decisão: "ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0054972-37.2017.8.06.0112 Classe:Procedimento Sumário Assunto:Seguro Requerente:Romulo Rodrigues Lira Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT Considerando o disposto no art. 203, §4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios, designo Audiência de Conciliação para o dia 10/SETEMBRO/2019, às 15:15h, a se realizar no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte - CEJUSC/JN, na Sala de Audiências CEJUSC 1, no Fórum Local. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários. Juazeiro do Norte/CE, 31 de maio de 2019 Luiz Lodonio dos Santos Silva Técnico Judiciário Assinado por Certificação Digital"

Do que dou fé.
Juazeiro do Norte, 31 de julho de 2019.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br Juazeiro do Norte

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo nº: **0054972-37.2017.8.06.0112**
 Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerido: **Romulo Rodrigues Lira e outro**
 :
 Senha do Processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada**

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Francisco José Mazza Siqueira**, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte da comarca Juazeiro do Norte/CE, conforme disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, cuja petição inicial e documentos poderá ser consultada no sistema processual e-SAJ por meio de senha de acesso aos autos digitais, sendo parte integrante desta carta, bem como **INTIMAÇÃO** para comparecer à audiência de **conciliação** marcada para o dia **10/09/2019** às **15:15h**, a se realizar no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte - **CEJUSC/JN**, na Sala de Audiências CEJUSC 1, no Fórum Local, podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10), e advertindo-se que o prazo contestatório, de **15 dias**, contar-se-á conforme o artigo 335 do mesmo Código, tudo sob pena de revelia e de presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor no pedido inicial.

Advirta-se também que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

OBSERVAÇÃO:

- Expediente emitido conforme art. 3º, do provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça, de 10 de janeiro de 2019.

Juazeiro do Norte/CE, 31 de julho de 2019.

Sarah Maria da Silva Gonçalves
Técnico Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/A
 Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia de origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abri uma tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.brJuazeiro do Norte

Rio De Janeiro-RJ

CEP 20031-205

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0177/2019, foi disponibilizado na página 997 do Diário da Justiça Eletrônico em 01/08/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado

Arthur Gomes Pontes (OAB 34322/CE)

Edson Almino Felix Filho (OAB 34540/CE)

Teor do ato: "Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partes à Audiência de Conciliação na data de 10/09/2019 às 15:15h na sala da Sala CEJUSC 1, no Centro Judiciário CEJUSC, no Fórum Clóvis Beviláqua. Decisão: "ATO ORDINATÓRIO Processo nº:0054972-37.2017.8.06.0112 Classe:Procedimento Sumário Assunto:Seguro Requerente:Romulo Rodrigues Lira Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT Considerando o disposto no art. 203, §4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios, designo Audiência de Conciliação para o dia 10/SETEMBRO/2019, às 15:15h, a se realizar no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Juazeiro do Norte - CEJUSC/JN, na Sala de Audiências CEJUSC 1, no Fórum Local. Encaminho os presentes autos à SEJUD respectiva para a confecção dos expedientes necessários. Juazeiro do Norte/CE, 31 de maio de 2019 Luiz Lodonio dos Santos Silva Técnico Judiciário Assinado por Certificação Digital"

Do que dou fé.

Juazeiro do Norte, 9 de agosto de 2019.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0054972-37.2017.8.06.0112**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente e **Romulo Rodrigues Lira e outro**
 Requerido:
 :

CERTIFICO, para os devidos fins, que analisei o ato retro e expedi todos os expedientes necessários à realização da audiência designada.

Juazeiro do Norte/CE, 31 de julho de 2019.

Sarah Maria da Silva Gonçalves

Técnico Judiciário

Servidor SEJUD

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0054972-37.2017.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Romulo Rodrigues Lira**
 Requerido: **Seguradora Líder dos consórcios do Seguro DPVAT**

Aos **10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 2019 (dois mil e dezenove)**, às **15:15 horas**, na Sala de Audiências do **Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania desta Comarca de Juazeiro do Norte/CE**, onde presente se achava o Conciliador **Neumayer de Sousa Maia Filho** e o Coconciliador **Joilson do Nascimento da Silva**. Foi realizado o pregão de estilo, oportunidade em que compareceu o advogado do requerente, **Dr. Edson Almino Félix Filho**, inscrito na OAB-CE sob o nº 34.540, com poderes para transigir, consoante se depreende da procuração acostada à **fl. 9** dos autos digitais. Ausente ambas as partes, requerente e requerida. Aberta a sessão, foi esclarecido que em razão dos princípios norteadores da Conciliação e da Mediação, insculpidos na Resolução 125/2010 do CNJ e no art. 2º da Lei nº 13.140/2015, da voluntariedade e confidencialidade, nada do que for discutido nesta audiência poderá ser consignado em ata, salvo se as partes se compuserem. Iniciados os trabalhos, o Conciliador deixou de concitar os presentes em razão da ausência da parte requerida, havendo dúvidas quanto a sua frutífera citação e intimação para o ato, dado o não retorno do AR pelos correios, a tal fim destinado, até o momento da presente audiência. Nada mais havendo, encerro o presente termo, que lido e achado conforme, vai assinado, remetendo-se em seguida os autos à 2ª Vara Cível desta Comarca. Eu ____ (Coconciliador) o digitei e subscrevo.

Conciliador: _____

Coconciliador: _____

Advogado do Requerente: _____

(Dr. Edson Almino Félix Filho - OAB- CE nº 34.540)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0054972-37.2017.8.06.0112
 Classe: Procedimento Sumário
 Assunto: Seguro
 Requerente: Romulo Rodrigues Lira
 Requerido: Seguradora Líder dos consórcios do Seguro DPVAT

Aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 15:15 horas, na Sala de Audiências do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania desta Comarca de Juazeiro do Norte/CE, onde presente se achava o Conciliador Neumayer de Sousa Maia Filho e o Coconciliador Joilson do Nascimento da Silva. Foi realizado o pregão de estilo, oportunidade em que compareceu o advogado do requerente, Dr. Edson Almino Félix Filho, inscrito na OAB-CE sob o nº 34.540, com poderes para transigir, consoante se depreende da procuração acostada à fl. 9 dos autos digitais. Ausente ambas as partes, requerente e requerida. Aberta a sessão, foi esclarecido que em razão dos princípios norteadores da Conciliação e da Mediação, insculpidos na Resolução 125/2010 do CNJ e no art. 2º da Lei nº 13.140/2015, da voluntariedade e confidencialidade, nada do que for discutido nesta audiência poderá ser consignado em ata, salvo se as partes se compuserem. Iniciados os trabalhos, o Conciliador deixou de concitar os presentes em razão da ausência da parte requerida, havendo dúvidas quanto a sua frutífera citação e intimação para o ato, dado o não retorno do AR pelos correios, a tal fim destinado, até o momento da presente audiência. Nada mais havendo, encerro o presente termo, que lido e achado conforme, vai assinado, remetendo-se em seguida os autos à 2ª Vara Cível desta Comarca. Eu (Coconciliador) o digitei e subscrevo.

Conciliador: _____

Coconciliador: _____

Advogado do Requerente: _____

(Dr. Edson Almino Félix Filho - OAB-CE nº 34.540)

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionilia Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0054972-37.2017.8.06.0112**
Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
Requerente e **Romulo Rodrigues Lira**
Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que remeti os autos à Vara de Origem, após audiência de conciliação. O referido é verdade. Dou fé.
Juazeiro do Norte/CE, 10 de setembro de 2019.

Luiz Lodonio dos Santos Silva
Técnico Judiciário



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionilia Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8218, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.2civel@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0054972-37.2017.8.06.0112**
 Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente e **Romulo Rodrigues Lira e outro**
 Requerido

Aguarde-se o retorno do Aviso de Recebimento do expediente de fl. 31-32.
 Expedientes necessários.

Juazeiro do Norte, 13 de setembro de 2019.

Francisco José Mazza Siqueira

Juiz

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.